

UMA OUTRA RACIONALIDADE ECONÔMICA ACONTECE EM MONTES CLAROS/MG: A SOLIDARIEDADE ATRAVÉS DO FATOR TRABALHO NOS BANCOS COMUNITÁRIOS

Yara Mendes Cordeiro Araújo
Universidade Estadual de Montes-MG/ UNIMONTES

Luciene Rodrigues
Universidade Estadual de Montes-MG/ UNIMONTES

Resumo

A existência de uma outra lógica econômica em processo de consolidação representa na contemporaneidade uma alternativa de geração de trabalho e renda para muitos que se encontram desamparados dos processos de desenvolvimento econômico. Com essa reflexão, pretende-se discutir neste artigo sobre surgimento de uma outra racionalidade econômica de produção que tem sido denominada de Economia Solidária - cujo movimento está-se expandindo no Brasil e no mundo. No Norte de Minas Gerais, os Bancos Comunitários aparecem como uma destas alternativas com comportamentos baseados em cooperação, confiança, solidariedade e reciprocidades distintas a racionalidade capitalista.

Palavras-chave: economia solidária; capitalismo; bancos comunitários.

Economia mineira: E4- Economia social: Trabalho, educação e saúde em Minas Gerais

Introdução

(...) “para quem é religioso; substitua-se o conceito de esmola pelo de cooperação, de trabalho, de uma prestação feita em vista de outrem: teremos uma idéia bastante boa da arte econômica que está se formando laboriosamente. Vemo-la funcionar em alguns grupos econômicos e no coração das massas, as quais possuem muitas vezes melhor que seus dirigentes, o senso de seus interesses, do interesse comum. É estudando esses aspectos obscuros da vida social que talvez se consiga iluminar um pouco o caminho que devem tomar nossas nação, sua moral ao mesmo tempo que sua economia”¹

O desempenho da economia brasileira nas últimas décadas tem mostrado que o crescimento econômico é condição necessária, mas não suficiente para garantir uma melhor condição de vida da maioria de sua população. A evolução da economia solidária em diversos países e em especial no Brasil traz uma reflexão do impacto das consequências advindas do modelo tradicional de desenvolvimento econômico que trouxe mudanças de ordem econômica e social para o cotidiano dos indivíduos. Desamparadas pelo Mercado e desprotegidas pelo Estado, homens e mulheres incluídos no universo da informalidade são levados a construir alternativas econômicas cooperativas e associativas pautadas na lógica da solidariedade.

A realidade de uma economia solidária vem assim se posicionar em um contexto de desequilíbrios, de falência dos mecanismos de regulação econômico político entre Estado e mercado. Como bem observou Castel (1998) esses desequilíbrios poderiam ser explicados pela emergência de uma nova problemática advinda do progresso e da riqueza alcançados com a dinâmica da produção industrial. A questão social reintroduzida com o advento da sociedade salarial gerou aos que não estavam integrados nesse sistema, incertezas, precariedades e novas formas de instabilidade social que cresceram paripassu ao processo de industrialização. A questão social na percepção de Castel emerge revelando a miséria e a pobreza não como algo accidental ou natural, mas com uma face da civilização moderna industrial que se edificou sob os princípios de uma sociedade salarial onde quem está excluído tem como corolário o estigma de “inúteis para o mundo”. Para esses “desafiliados” ou ainda para os que nem se quer foram explorados pela sociedade salarial resta a condição de “supérfluos” colocados na estrutura social “e que povoam seus interstícios sem encontrar aí um lugar designado”.

É nesse cenário, que uma massa de trabalhadores despreparada e desprotegida pelo Estado e excluída do mercado de trabalho passa a desenvolver alternativas para sobreviver. Alguns encontram o crime como resposta, outros disputam pelas formas mais bárbaras os restos deixados pelo mercado, enquanto que uma outra parte escolhe se unir pela solidariedade pela via do fator trabalho. Em meio ao que foi exposto, o território passa a ser alvo de uma série de experiências de desenvolvimento local e do florescimento de diversas formas de organização. As iniciativas das mais variadas nuances são exemplificadas nas cooperativas tradicionais ou autogestinárias, empresas de co-gestão e autogestão, redes de trocas, associações de produção e comércio no campo e na cidade, crédito cooperativo, enfim uma gama variada de formas de organização e ação social no âmbito do coletivo. A esse misto de iniciativas deu-se o

¹ MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naift, 2003 , p.308-309

nome de Economia Solidária que tem a sua razão de existir no desmonte do Estado que se combina a uma reestruturação produtiva marcada pela desregulamentação dos mercados e, portanto, diferencia-se das formas tradicionais de iniciativa empresarial e produzem efeitos igualmente diferenciados sobre o conjunto da economia. Oliveira (2005).

Na contemporaneidade, e em tempos neoliberais, “a questão social” apontada por Castel (1998) como desagregadora da vida societal passa a ser de responsabilidade de todos. Palavras como solidariedade e co-participação tornaram-se senso comum passando a significar a disposição altruísta voluntária de um indivíduo, de grupos, de organização ou empresa. Ao discorrer sobre a Economia Solidária Robert Castel salienta que a economia solidária é um tipo de ligação da questão do emprego com a coesão social, é a criação de vínculos sociais por meio de atividades econômicas. O autor frisa ainda que não somente a economia solidária, mas o chamado terceiro setor² e a economia social³ comumente chamada na Europa e EUA se inscrevem como:

atividades que estão em vias de expansão, particularmente através do tratamento “social” do desemprego (...). Essas realizações que tendem a se autonomizar numa esfera independente do mercado clássico, têm a sua utilidade numa conjuntura catastrófica. Castel (1998, p. 575).

Nesse cenário, onde o debate ainda é incipiente, em se tratando de economia solidária no Brasil, um conjunto de iniciativas de diversos atores sociais governamentais e não governamentais insinuam sua relação com a Economia Solidária para desenvolverem ações que configuram numa rede de colaboração solidária para trabalharem projetos voltados aos setores aliados do mercado formal de trabalho. Não é objetivo desse trabalho explicitar detalhadamente cada parceria e iniciativas do conjunto de atores/as engajados nas práticas de economia solidária, não obstante, a discussão segue na proposta de uma abordagem geral da economia solidária no Brasil, restringindo a análise nas ações do terceiro setor, em específico, aquelas que dizem respeito à concessão de microcrédito aos setores populares.

² ver : MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002 e FERNANDES, Rubem César. Privado porém público. O terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro, Relume/Dumará, 1994.

³ Segundo Anne Marie Wautier apud Oliveira (*op.cit*, p 50) os conceitos de economia social e economia solidária são associados e até utilizados simultaneamente na França, mas é necessário fazer a distinção. Conforme seus estudos, ela define economia social “... como um conjunto de organizações e empresas cujas atividades produtivas respondem a princípios prioritários: adesão livre, democracia interna (uma pessoa, uma voz), lucratividade limitada (reinvestimentos dos excedentes na ação social e não-lucratividade individual dos associados), respeito da dimensão humana da atividade e solidariedade. O campo da economia social, conforme a autora e outros estudiosos europeus, compõe-se de três grandes grupos que possuem estatutos próprios caracterizados pela atividade econômico-social e pela regulamentação jurídica desde o final do século XIX: as cooperativas, as mutualidades e as associações. Em relação à economia solidária, Wautier a caracteriza “... pela noção de projeto, de desenvolvimento local e de pluralidade das formas de atividade econômica, visando à utilidade pública, sob forma de serviços diversos, destinados, principalmente, mas não exclusivamente, à população carente ou excluída” Dessa forma, enquanto alguns pesquisadores entendem que a economia solidária seria um complemento da ação da economia social, outros a vêem como um retorno à autenticidade da ação solidária, uma vez que as grandes organizações da economia social teriam perdido alguns de seus elementos essenciais e sucumbido às leis da economia capitalista. WAUTIER, A. M. Economia Social na França. In: CATTANI, A. D. (org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

Desta feita, o presente artigo será composto de três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção compreende-se o contexto em que a economia solidária está inserida. A abordagem desenvolvida nessa reflexão sobre a economia solidária não parte de um fenômeno isolado, mas tem como ponto de partida o movimento e as tendências das transformações do capital, tendo em vista que, tanto a economia solidária quanto o sistema capitalista são produtos das metamorfoses gerais. Assim, na segunda parte é mister que se faça à análise da economia solidária no Brasil, sua expansão e integração no cenário brasileiro. Na terceira e última parte do trabalho, o estudo pretende contribuir para o conhecimento de uma experiência local de Economia Solidária no Norte de Minas Gerais, em específico na cidade de Montes Claros. Trata-se dos Bancos Comunitários criados como estratégia de desenvolvimento local para a região. A abordagem do projeto de Bancos Comunitários segue juntamente com uma discussão teórica de capital social, elemento fundante desse segmento na região norte mineira.

1. Economia Solidária: apreendendo seu contexto

1.1- Crise do capitalismo e reestruturação produtiva

A partir dos referenciais gerais já sinalizados, é possível que se faça uma correlação da gênese e evolução das práticas de economia solidária com algumas questões pertinentes quanto ao desenvolvimento do sistema capitalista de produção. Para início dessa abordagem, Corrêa (1997), nos informa que por Capitalismo pode-se entender um sistema cujo domínio parte de um modo de produção “onde o capital penetra na esfera da produção”. Desse modo, o fio condutor do capitalismo foi o que Marx⁴ descreveu por:

acumulação primitiva”, quando se verificou a concentração da propriedade e dos meios de produção nas mãos de uma pouco numerosa classe social, a expropriação de uma imensa massa de camponeses, bem como a concentração de recursos a partir do comércio internacional. Corrêa (2005, p. 16)

Com base em Dobb⁵, Corrêa (1997, p.18) contextualiza a emergência do capitalismo notadamente “entre a segunda metade do século XVI e início do século XVII, tendo seu foco inicial na Inglaterra. A Revolução Industrial no final do século XVIII confere ao capitalismo um estágio mais avançado, quando este se instaura plenamente”. O autor acrescenta que, com implantação do capitalismo, houve a ampliação em escala sem precedente da “divisão social e territorial do trabalho, a perda dos meios de produção de parcela considerável dos que ainda detinham estes meios, e o aumento do trabalho assalariado”. É Nesse processo que segundo Corrêa (1997) se forma a base para a extração da mais-valia que por sua vez forma as bases para o processo de acumulação capitalista.

⁴Marx apud Corrêa. MARX, K. O Capital. Crítica a economia política, livro 1, Vol. 2, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 4ª Ed., 1980, 583-933

⁵DOBB, M. A Evolução do capitalismo, Zahar, Rio de Janeiro, 7ª ed., 1980, 396p.

Polanyi (2000) tece uma crítica ao paradigma de mercado quando discorre que a partir do século XIX com a expansão da economia advinda da Revolução Industrial, na Europa o campo econômico foi separado das relações sociais. Na sua célebre obra “*A grande transformação*”: *As origens da nossa época*, Polanyi (2000) escreveu que “a Revolução Industrial foi apenas o começo de uma revolução tão extrema e radical”. Os “moinhos satânicos” representativos da ferocidade da revolução foram o que esse autor chamou de mudanças radicais⁶ de valores na sociedade européia, o que configurou na metamorfose do tecido social fruto da economia de mercado e do progresso do capitalismo, um caminho sem volta.

Em prosseguimento ao contexto histórico narrado, Netto (2001), traz algumas questões pertinentes quanto ao desenvolvimento do sistema capitalista. Para ele, “no último quartel do século XIX, o capitalismo experimenta profundas transformações no seu ordenamento e na sua dinâmica econômicos”:

trata-se do período histórico em que o capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios, articulando o fenômeno global. (...) O capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere a ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica. (...) O que importa observar e destacar com a máxima ênfase é que a constituição da organização monopólica obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: *o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados*. (...) O monopólio faz aumentar a taxa de afluência de trabalhadores ao exército industrial de reserva. Netto (2001, p. 19 - 21).

Conforme Singer (2003) “parte do exército de reserva” é mantida na ociosidade, sustentada pelo seguro-desemprego. O restante, porém é induzido ou forçado a ganhar a vida vendendo no mercado o fruto do seu trabalho. O que implica o inchamento da produção simples de mercadorias e o empobrecimento de grande parte de seus integrantes, que atuam nos mercados mais vulneráveis à entrada em massa dos excluídos do modo de produção capitalista.

Neste contexto, o novo regime de acumulação capitalista no âmbito mundial está marcado pelo processo de globalização e financeirização do capital e pelas mudanças na estrutura do emprego e nas relações de trabalho. Estudos históricos a respeito do desenvolvimento do capitalismo nos países do centro do sistema mostram que, no contexto da chamada “sociedade salarial”, o trabalho, na sua configuração moderna de trabalho assalariado – ocupava uma posição dominante no que concerne à inserção dos indivíduos na sociedade, quicá, o trabalho desempenhava e ainda desempenha um papel estruturante no que se refere à determinação da sociabilidade dos indivíduos. A atividade de trabalho constituía-se, portanto, no centro da sociabilidade humana. Isto porque, o trabalho assalariado era (ainda o é) a matriz de uma condição social estável, na medida em que dava acesso à – e a ele estavam associadas – certas garantias e direitos que protegiam a população trabalhadora contra os principais riscos sociais, como doença, a velhice e o desemprego. Castel (1998).

⁶ A Transformação implica uma mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência. Todas as transações se transformam em transações monetárias (...) É isto o que significa o simples termo sistema de mercado onde os preços devem ter a liberdade de se auto-regularem. É justamente esse sistema auto-regulável de mercados o que queremos dizer com economia de mercado. Polanyi , *op. cit.*, p.60

Nesse processo, com o crescimento do desemprego e de precarização das relações de trabalho advindos da crise da sociedade salarial somados a crise do Estado Providência, e reestruturação produtiva, tem-se o que Rosanvallon (1998) chama de “a nova questão social” que no século XIX foi expressada por Castel (1998) de questão social - problemas sociais - que emergiu das disfunções da sociedade industrial que permitiu “transformar profundamente a condição do proletário naquela época”. Castel (1998, p.23). De acordo com Rosanvallon (1998, p. 24):

o surgimento de uma nova questão social traduz-se pela inadaptação dos antigos métodos de gestão do social, como testemunha o fato de que a crise do Estado providência, diagnosticada no fim dos anos 70, mudou de natureza, iniciando uma nova fase a partir do princípio da década de 1990. Além dos problemas lancinantes de financiamento, e das disfunções sempre onerosas dos aparelhos estatais, são discutidos os princípios fundamentais da organização da solidariedade e a própria concepção de direitos sociais.

Dessa forma, o que se tem presenciado nas últimas décadas nas sociedades capitalistas é uma reorganização e reestruturação no sentido de implementação de novas formas de racionalização do trabalho e da vida social.

Harvey (1996) define esse momento histórico de “crise de superacumulação” iniciada no final dos anos de 1960, e que chegou no auge em 1973 está relacionada à lógica transformativa do capital entendido com o um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias. Nesse processo todas as pessoas pertencentes ao mundo capitalista estão profundamente implicadas. No entendimento do autor:

se houve alguma transformação na economia política do capitalismo do final do século XX, cabe-nos estabelecer quão profunda e fundamental pode ter sido a mudança (...) em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado etc, Harvey (1996, p.117)

A crise mundial apontada se deve a um período de transição de um padrão de acumulação capitalista rígido (Fordismo) aos novos modos de acumulação capital (Flexível). O resultado tem sido a produção da fragmentação, da insegurança e do desenvolvimento desigual no interior de uma economia de fluxos de capital do espaço global unificado. Este processo reflete uma produção desigual da natureza em diferentes regiões geográficas, pois as mesmas não têm possibilidades iguais de criarem condições para o desenvolvimento do capital, assim, o capital age, separa ou agrupa de acordo com seus interesses. Harvey (1996).

No plano Político, a tese do pensamento único instaura à lógica do Estado Mínimo, da desregulamentação e privatização da esfera pública. A ascensão do neoliberalismo⁷

⁷ Modelo econômico que define o nosso tempo (...) “Consiste em um conjunto de políticas e processos que permitem a um número relativamente pequeno de interesses particulares controlar a maior parte possível da vida social com o objetivo de maximizar seus benefícios individuais. Inicialmente associado a Reagan e Thatcher, o neoliberalismo é a principal tendência da política e das economias globais nas últimas duas décadas”. McChesney (2000, p.7). Vide referência.

significou o desmonte do social. No Brasil as décadas de 80 e 90 são marcadas pela crise descrita produzida pela globalização seletiva que se refletiu em todas as dimensões. O fenômeno da globalização e concomitantemente das políticas neoliberais trouxeram grandes consequências para o país, principalmente no tocante às mudanças no mercado de trabalho. A redução do emprego, aliada à diminuição das responsabilidades públicas do estado no domínio dos serviços e direitos sociais, contribui diretamente para o aumento do número de pessoas que vivem em situações de extrema pobreza.

1.2 - Uma outra racionalidade econômica acontece

Apesar da crise apontada, o ser humano ainda tenta lutar, buscar saída, e, junto aos seus pares, construir alternativas. A economia solidária que tem sua gênese no bojo do sistema capitalista apresenta-se como uma economia de novo tipo, que é ao mesmo tempo, um segmento produtivo e um movimento social, um porto ou um espaço da resistência ao sistema excludente, em que os partícipes com sua grande capacidade de criação e de invenção seguem lutando pela sua sobrevivência através das trocas de experiências e de um viver de um outro jeito.

Ao falar de economia solidária Laville (2002) não a caracteriza como um movimento recente, mas de longo prazo. Conforme o autor, na França no século XIX, a solidariedade já se definia como algo que unia os cidadãos livres e iguais. É preciso reconhecer que a economia não se resume somente na economia de mercado, não obstante, na sociedade capitalista coexistem diferentes formas de princípios de mercado. Em todas as sociedades há várias formas de empresas: associações, cooperativas, ONG's. Laville (2002) observou que um movimento de operários e agricultores no séc. XIX na Europa se uniram para tentar mostrar que ao lado da economia de mercado, poderia existir um outro princípio capaz de organizar a produção, a solidariedade. Assim, em meio ao capitalismo concorrencial na Europa do séc. XIX formas de produção associativa foram engendradas a partir da luta política dos trabalhadores.

Os idealizadores da economia solidária na Europa foram os socialistas utópicos que lutaram pela autonomia comunitária dentro da reestruturação daquela sociedade. Os grupos de pensadores como Saint-Simon e Fourier; Owen e Proudhon; Kropotkin e Landauer, cada um desses deles divididos em gerações históricas contribuíram com seu pensamento construtivo sob impulso de uma dinâmica sócio econômica, fruto de crises econômicas.

Outrossim, Quando discorre sobre as bases ideológicas da economia solidária Singer ressaltava que a mesma não é criação intelectual de uma ou outra pessoa, embora segundo ele, os grandes socialistas denominados "utópicos da primeira metade do século XIX, tenham dado suas contribuições decisivas acerca de seu desenvolvimento. Contudo a economia solidária vista por Singer é uma criação intelectual em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo". Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha com uma "sombra" em toda sua evolução". Singer (2003, p. 13). Conforme Singer (2003) a origem da economia solidária no Brasil se deu nos anos de 1980 e 1990, com a grande crise de desemprego e exclusão social. O autor entende que a economia solidária surge como o modo de produção e distribuição

alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram marginalizados do mercado de trabalho. Como relata o autor:

a economia solidária começou a ressurgir, no Brasil, de forma esparsa na década de 1980 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990. Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se grava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990. (Singer, 2003,p.25).

Muitos autores que se debruçam sobre o tema, reforçam a idéia de que os empregos eliminados ao longo do processo de reestruturação produtiva e de crise econômica das últimas décadas do século XX dificilmente retornarão, a menos que ocorra um expressivo crescimento da atividade industrial e dos serviços. Por isso, tem surgido com alguma expressão a idéia de que se deve buscar ocupação e não necessariamente emprego, trazendo à tona a discussão sobre alternativas de organização dos trabalhadores por uma via autônoma e solidária como as iniciativas de Economia Solidária, capazes de melhorar as condições de vida da população envolvida.

Mance define a economia solidária dentro de um contexto socioeconômico e político de crise do desemprego estrutural na economia brasileira. Segundo ele, é dentro desse terreno que brota as experiências de economia solidária. Nesse sentido, o principal objetivo da economia solidária é a democratização e socialização da produção, do crédito e da distribuição, ou seja, permitir a todos o acesso aos meios de produção (incluindo a terra), o crédito e à distribuição das mercadorias. Socializar o crédito é possibilitar o acesso de agricultores familiares, associações, cooperativas e outras organizações de trabalhadores a financiamento de investimento, custeio e capital de giro, com menor juros possível, para que possam crescer, melhorar seus produtos e atingir um número maior de pessoas.

Percebe-se, através do estudo de diferentes autores e países, que é difícil encontrar um consenso para caracterizar a economia, pois esta traz em si uma carga histórica e ideológica muito forte que varia de acordo com o contexto político, econômico e social vivenciado em cada local. Para o entendimento de Mance (2002, p. 40):

O termo economia solidária abarca muitas práticas econômicas e não há um consenso fechado sobre o seu significado. Em geral ele está associados a práticas de consumo, comercialização, produção e serviços em que se defendem, em graus variados, entre outros aspectos, a participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação e inter-cooperação, auto-sustentação, a promoção do desenvolvimento humano, responsabilidade social e a preservação de equilíbrio dos ecossistemas.

Mance define a economia solidária dentro de um contexto socioeconômico e político de crise do desemprego estrutural na economia brasileira. Segundo ele, é dentro desse terreno que brota as experiências de economia solidária.

Em tempos paradoxais de progresso e regresso vivenciados nas desigualdades sociais presentes em toda parte, “os desafios quaisquer que sejam, nascem sempre de

perplexidades produtivas, da opressão social que parecem ir de par”⁸ com o que Scherer-Warren (2005) descreve de duas tendências principais, uma que trata a questão a partir de uma relação dual - sociedade civil *versus* Estado; e outra, que considera uma relação tripartite - Estado/mercado/sociedade. Assim, “observa-se o fortalecimento das relações comunitárias e a reapropriação política do sentido destas relações. Relações comunitárias com ênfase na solidariedade e na cooperação que se desenvolvem como um novo modo de vida e enquanto forma de luta.”Scherer-Warren (2005,p.73). No caso da Economia Solidária no Brasil, esse processo relacional é perceptível na figura baixo que demonstra a conexão dessa economia com as diversas instâncias da sociedade.

2- O Campo da Economia Solidária no Brasil⁹



⁸ SANTOS, Boaventura de Souza. Pela Mão de Alice: O social e o político na pós- modernidade. São

⁹ Fonte: Atlas de Economia solidária no Brasil- 2005/MTE- SENAES

A economia solidária no Brasil é um campo imenso. Como a figura apresenta, ela não é uma ilha isolada. Estudos baseados no mapeamento feito pela Secretaria Nacional de Economia Solidária no âmbito do ministério do trabalho e emprego (SENAES/MTE) em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) mostram que, o setor se relaciona com os diversos segmentos da sociedade, tanto com instâncias governamentais, da sociedade civil e com o Terceiro Setor. Para a (SENAES), a “Economia Solidária corresponde ao conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva dos meios de produção de bens ou prestação de serviços e pela participação democrática (uma cabeça, um voto) nas decisões dos membros da organização ou empreendimento. (SENAES, 2005).

Com o processo de redemocratização do Brasil a partir dos anos de 1980 diversos setores da sociedade começaram a propor que a democracia não deveria ficar restrito ao mundo político institucional, mas necessitava expandir-se em outras esferas da vida, particularmente no mundo do trabalho. É daí que passa a surgir todo um movimento na sociedade brasileira, no qual trabalhadores de diversos ramos de atividade iniciam a formação de cooperativas. Movimentos sociais passam a fomentar práticas de autogestão, universidades, ONGs e outras entidades passam a apoiar a formação de cooperativas e diversas organizações econômica, envolvendo diversos sujeitos sociais.

Cabe destacar que em 2003, a partir da gestão do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ligada ao Ministério do Trabalho, sob a coordenação do professor e pesquisador Paul Singer, com o objetivo de traçar e direcionar a política de Economia Solidária em todo o país. Há também inúmeros grupos que proliferam no Brasil com práticas bastante originais que desenvolvem, ao mesmo tempo, a produção, a prestação de serviços, o sistema de trocas e a finanças solidárias. Na maioria deles, as experiências estão vinculadas a um quadro territorial específico de pertencimento, como um bairro ou uma região, além da multiplicação de atividades como reciclagem do lixo, produção artesanal e artística, educação formal, dentre outras. Este cenário é reparado por Gaiger ao considerar que:

nos últimos anos, é nítida a multiplicação de agências e instituições de fomento, a implementação de políticas públicas específicas em alguns municípios e progressiva convergência de propósitos entre as instituições mediadoras. Mais do que um novo conjunto estruturado de práticas econômicas, talvez seja apropriado falar, nos dias atuais, de um processo de criação de redes setoriais de interação e, à raiz destas, da experimentação e incremento de experiências modelares, cuja maturação, no entanto, não parece ir no sentido de eliminar as suas singularidades, resultando então numa tessitura inelutavelmente descontínua e plural. Gaiger (2003, p.267)

Depreende-se desse movimento que a economia solidária vista como complemento da ação estatal, se constitui numa resposta à crise de cidadania. Leite (2000). Na perspectiva da autora, a idéia de solidariedade expressa-se nas múltiplas ações e projetos entre os cidadãos, o que têm forte ênfase nos seus deveres mais do que em seus direitos. Desta forma Leite (2000) comenta que a explosão de solidariedade realimenta as múltiplas formas de participação voluntárias e/ ou com algum grau de profissionalização, em ONG's, projetos, redes e fóruns com objetivos também diversificados.

Como resposta dos trabalhadores a crise do desemprego e exclusão social, dados oficiais demonstram que a economia solidária começa a esboçar números vultosos. No último Mapeamento da Economia Solidária em 2007 registrou-se cerca 19 mil Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) como associações e cooperativas espalhadas por todo o país em diversos municípios. Conforme a pesquisa realizada pela SENES/MTE no meio Rural registrou - se um número maior de empreendimentos, cerca de 9.372, na área urbana identificou-se 6.199 atividades solidárias. O total de investimentos realizado nos últimos 12 meses somou um total de R\$246,7 milhões. Segundo o mapeamento, hoje quase 60% dos negócios têm relação com movimentos sociais e populares, principalmente entidades comunitárias ou sindicais. Em todo país, grande parte dos negócios (11.243) começou com recursos próprios dos trabalhadores, e uma outra parcela (7.800) contou com ajuda de órgãos governamentais para a sua estruturação. Dos números coletados, a maior parte das atividades se localiza no nordeste, cerca de 8.720 iniciativas. Outros dados registrados se referem a um terço dos empreendimentos estarem na informalidade(35%). Além, disso o acesso ao crédito é limitado, somente 3.159 obtiveram financiamento.

Nesse sentido, Singer (2003) diz que em termos macro-econômicos, a Economia Solidária ainda é uma coisa pequena no Brasil se considerarmos a sua abrangência em outros países como o da Islândia, por exemplo, país escandinavo onde 80% da população pertence a cooperativas. De acordo com o autor não resta dúvida de que uma das maiores dificuldades que os segmentos de economia solidária têm enfrentado está relacionado ao não acesso ao crédito. É mister que se crie um sistema de finanças solidárias de apoio a essas alternativas de forma que possa atender as necessidades de investimento. Um dos segmentos que tem apoiado nesse sentido é a CUT (central única dos Trabalhadores). A CUT tem desempenhado um importante papel na criação de inúmeras cooperativas de crédito, a serviço do público alvo específico proveniente da Economia Solidária.

Sobre isso Costa (2005) apoiando - se em Singer¹⁰ (1996) diz que, o crédito comunitário na luta contra a pobreza é essencial, sobretudo nos países em desenvolvimento como Ásia, África e América Latina onde imperam uma maioria que se encontram abaixo da linha da pobreza. Nesses países de acordo com a autora existem inúmeras famílias que subsistem em microunidades agrícolas, em atividades artesanais, no comércio ambulante. Essas famílias não se beneficiam de salário mínimo nem de outras medidas de proteção do trabalhador formal. Para ajudá-las torna-se necessário capitaliza-las e dar aos seus membros treinamento básico em tecnologia produtiva e em procedimentos contábeis e financeiros. Costa ressalta que os pobres são excluídos do mercado de capitais pela simples razão de não poderem oferecer garantias para poderem habilitar a qualquer financiamento regular. Mas segundo Costa (2005) é possível superar este obstáculo provendo crédito a grupos de famílias ou de pequenos operadores organizados sob a forma de consórcio. Assim descreve a autora com base em Singer:

O consórcio de crédito rotativo constitui uma forma de associação encontrada em sociedades de pequenos produtores da Ásia, África e América Latina. Sua forma mais comum é a associação de cinco a vinte pessoas, que colocam a cada período (semana, quinzena ou mês) uma quantia fixa num fundo, o qual é dado sucessivamente a cada membro para seu uso. Deste modo as poupanças de todos, reunidas num pequeno 'capital', permitem que cada membro do consórcio possa periodicamente comprar um animal ou uma máquina ou quitar uma dívida etc. O crédito

¹⁰ PAUL, Singer. Perspectivas de desenvolvimento da América Latina. In *Novos Estudos Cebrap*, n.44, mar.1996, p.163-164

comunitário tal qual vem sendo desenvolvido toma por base tal consórcios. Singer (1996) apud Costa (2005, p. 263)

Costa (2005) nos informa ainda que os atores principais nesse tipo de instrumentalização de Economia Solidários são prestados por entidades não-governamentais, que se especializam na assistência a pequenos produtores. O ponto de partida é sempre a formação de consórcios, cujos membros respondem solidariamente pelo pelos créditos concedidos a cada um deles. A poupança prévia coletiva acrescentada ao financiamento concedidos pela entidade, que têm por objetivo capitalizar os associados, permitindo-lhes adquirir instrumentos de trabalho, animais ou matéria prima. Se o mutuário não amortizar sua dívida nos termos do contratados, os demais membros do consórcio o fazem em seu lugar, pois a inadimplência teria o corte de todos os financiamentos ao grupo. Além disso, os membros do consórcio se comprometem em geral a freqüentar cursos de aperfeiçoamento, patrocinados pela entidade. Cada consórcio é monitorado por um agente da ONG credora, que assiste seus membros e registra os resultados dos financiamentos e dos treinamentos. O crédito comunitário prestado nestes termos, já é praticado há mais de vinte anos em muitos países asiáticos, africanos e latino-americanos. Em Bangladesh e na Indonésia, os bancos do povo constituíram extensas redes de consórcios, que abrange milhões de pequenos produtores.

Muhammad Yunus é considerado o principal responsável pela difusão dos programas de microcrédito no mundo, é também um dos principais autores que influenciou a construção de uma economia voltada para os setores populares principalmente, daquelas comunidades excluídas do sistema bancário convencional. Yunus (2000). De acordo com Yunus (2001), as experiências dos países da Ásia Oriental mostram que desde que se tenha acesso ao crédito e aos mercados a pequena empresa pode desenvolver-se ainda que sujeita a juros. Em sua grande obra "O Banqueiro dos Pobres" o autor mostra empiricamente as experiências de microcrédito consolidadas em Bangladesh através do Grameen Bank¹¹ ou banco de aldeia (banco privado que realizava operações de empréstimos de baixo valor a pessoas pobres), de fomento a crédito a pequenas comunidades como foco principalmente nas mulheres bastante pobres. Na América Latina, há experiências-piloto bem-sucedidas, mas ainda nenhuma em grande escala Singer (1996) apud Costa (2005).

Conforme Singer (1999), a economia solidária sob a égide do microcrédito se apresenta como uma alternativa tanto viável tanto social como economicamente. O que se propõe nesse tipo de economia de acordo com esse autor é a troca de valores voltados ao individualismo e a competição por princípios pautados pela igualdade, solidariedade, democracia e, sobretudo pela cooperação. É baseado nesses pressupostos que a seção seguinte propôs-se contribuir para o conhecimento uma experiência local ainda em fase embrionária inspirada no modelo de microcrédito difundido pelo Muhammad Yunus e que cujos princípios parecem ir ao encontro do que Singer denomina de Economia Solidária.

¹¹ O Grameen foi criado em 1976 e congrega mais de dois milhões de pessoas.

3- Os Bancos Comunitários e capital social no Norte de Minas Gerais

Diante dessas questões postas é possível tomar como exemplo desses princípios descritos anteriormente, os Bancos Comunitários, entendidos como segmento da Economia Solidária no Norte de Minas Gerais. Criados pela Visão Mundial - ONG (organização não-governamental) e hoje sob gestão da ANDE-OSCIP (organização da sociedade civil de interesse público), os Bancos Comunitários acessam recursos disponíveis pela ANDE/ Visão Mundial, que por sua vez acessam recursos de bancos de fomento nacionais e internacionais. No Brasil, a Visão Mundial atua desde 1975 com programas sociais. No Norte de Minas Gerais e em especial em Montes Claros, a instituição atua desde a década de 1990 com programas de microcrédito para micro e pequenos empreendedores. No que se refere ao projeto de Bancos Comunitários, a Visão Mundial criou uma metodologia específica com o fito de trabalhar os princípios concernentes à economia solidária. Assim, os “Bancos Comunitários” é uma metodologia para trabalhar o microcrédito e representa uma maneira informal de a população de baixa renda se unir por meio do cooperativismo e associativismo. De acordo com a Visão Mundial (2000, p.16):

Banco Comunitário é uma Organização informal, formada por pessoas que possuem pequenas atividades econômicas, que se unem para acesso ao crédito com o objetivo de fomentar e fortalecer seus empreendimentos promovendo seu desenvolvimento local através de um processo educativo que visa desencadear melhorias na qualidade de vida da comunidade. É um grupo essencialmente auto-administrável, exigindo intensa capacitação e gerenciamento. Os membros do banco comunitário são solidários na garantia do pagamento das parcelas de financiamento, adquirido junto à instituição financeira, que pode ser uma ONG, uma associação, cooperativa, etc. Um banco comunitário promove o desenvolvimento das comunidades onde se encontram os seus membros, pois o acesso ao crédito, as técnicas e informações possibilitam mudanças em seus conceitos e práticas resultando em promoção da qualidade de vida de todos.

Em Montes Claros os Bancos Comunitários foram criados em meados de 2004. Hoje a metodologia está sendo implementada também em outras localidades da região de Lontra, Japonvar, Vale do Jequitinhonha (cidades de Araçuaí, Ibitinga e Santo Antônio do Jacinto), e com perspectivas de ser aplicada também em Nova Contagem, bolsão de pobreza da Grande BH. A proposta de Bancos comunitários nasceu da necessidade de possibilitar acesso ao microcrédito àqueles segmentos sociais que não conseguiam acessar ao sistema financeiro oficial ou apresentar as garantias por eles exigidas. O sistema surgiu há seis anos em Alagoas como projeto piloto na comunidade de Brejal nos arredores de Maceió. Depois foi ampliando-se para outros Estados do Nordeste e Norte de Minas, onde existe há mais de quatro anos com um total de 23 bancos em funcionamento na cidade de Montes Claros, pólo regional. Os Bancos têm como beneficiários diretos um total de 284 trabalhadores/as, na sua maioria composta de mulheres (90%) residentes nos bairros Village do Lago, Maracanã e Adjacências. Os Bancos são formados por grupos de 10 a 25 pessoas que trabalham por conta própria. As atividades são heterogêneas e vão desde o pequeno comércio do bairro a atividades de fundo de quintal como, por exemplo, atividades de artesanato, produção de salgados,

etc). Cada membro recebe financiamento que varia de R\$50,00 a R\$800,00 podendo chegar até R\$ 1500,00 com taxas de 3,8% ao mês. Os empréstimos são liberados em nome de todo o grupo já constituído enquanto um “Banco Comunitário”. Os riscos do não pagamento são compartilhados entre os membros¹².

Para se formar um banco hoje é necessário que a comunidade tenham empreendedores que demandem crédito e orientação. É feita uma mobilização comunitária onde se pode filtrar os comunitários que se enquadram na metodologia e daí passa-se a fazer um trabalho educativo para tornar o grupo autogestor. Após um período de capacitação e orientação, onde também ocorre a poupança prévia, este grupo pode ter a primeira liberação do crédito. A partir daí as reuniões semanais continuam para acompanhamento, poupança, capacitação e orientação do grupo. Os bancos recebem capacitação quanto à gestão do grupo e também para estimular e despertar o espírito empreendedor e desenvolver o capital social. Além disso, é feito um trabalho educativo em assuntos pertinentes às necessidades básicas da comunidade e a não aceitação de violência doméstica, maus tratos de crianças, mulheres, etc.

Neste sentido, de acordo com a orientação da ONG, a união, a ajuda mútua, a cooperação enfim a reciprocidade são tomados como elementos determinantes na formação de laços sociais e concretização do grupo (BC) e por conseguinte, por intermédio do crédito, a possibilidade de melhoria das condições de vida dos envolvidos nessa metodologia.

De acordo com Visão Mundial o sucesso dos Bancos em toda sua abrangência está vinculado ao trabalho educativo desencadeado, ao compromisso mútuo e aos laços de confiança que é estabelecido pelos membros da comunidade. Há de se lembrar que os objetivos destes incluem mudanças de comportamento pessoal comunitário com vistas à melhoria da qualidade de vida da comunidade. Para isso é imprescindível o entendimento do crédito não como um fim em si mesmo, mas um caminho capaz de levar o ser humano a trabalhar as suas habilidades para produzir papel de cidadãos dentre outros aspectos, ou seja, o capital social envolvido.

Conforme Baquero (2006, p. 61), “o pressuposto fundamental da teoria do capital social é de que tanto no sentido econômico quanto político, a cooperação voluntária é condição para alcançar objetivos comuns”. De acordo como o autor, essa cooperação é viabilizada pela confiança interpessoal, pela reciprocidade ente os cidadãos, pelas redes de envolvimento cívico e pela predisposição das pessoas em se envolver em atividades coletivas. Baquero & Hammes (2006, p .235) acrescentam que:

o capital social teria as funções de facilitar a constituição de organizações produtivas e de gestão coletiva e de gerar um entorno social propício para desenvolver ações inovadoras (apoio financeiro, acesso a capacitação, facilidade de adquirir novas tecnologias entre outras).

Pode-se depreender desse processo que a atuação em rede dos atores sociais na economia solidária possibilitaria o capital social que segundo Putnam (1996) diz respeito a

¹² Para o primeiro ciclo, o prazo de pagamento é de 4 meses. Os pagamentos são semanais, prestações rápidas e pequenas salvaguardam o comunitário de se sentir sufocado sob montantes maiores e apressam o investimento evitando o risco de gastos em itens de consumo. De acordo com a metodologia implantada nos Bancos, a rápida rotatividade das pequenas atividades permite pagamento em prazos curtos. Uma vez gerado, o dinheiro estará mais seguro no Banco comunitário (como empréstimo amortizado ou depósito de poupança). Os juros gerados da conta externa se tornam receita interna do grupo e podem ser investidos em atividades comunitárias ou distribuídos em dividendos aos membros.

características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.[...] “O capital social facilita a cooperação espontânea”.Putnam (1996, p.177).

O conceito de capital social adotado por D' Araújo é similar a uma “argamassa que mantém as instituições em contato entre si e as vincula ao cidadão visando o bem comum”. D' Araújo (2003, p.10). Como aponta a autora, longe de ser um antídoto mágico contra todas as mazelas sociais, o conceito de capital social remete a valores que vão além do racionalismo econômico e lembra aspectos da vida em comum, valoriza a cultura humana em suas diferentes manifestações. Portanto, o capital social é um estímulo, uma ferramenta para os desafios práticos e teóricos do desenvolvimento e para a democracia.

Capital social é bom para a economia e, portanto, para a sociedade. Isso porque as sociedades fortes em capital social não geram apenas mais riqueza: geram também sentimentos de igualdade, de justiça, de bem comum. O crescimento econômico viria acompanhado de bens sociais direcionados para o bem das pessoas e não para o aumento da riqueza como um fim em si mesmo. D' Araújo (2003, p.40)

Além disso, o capital social possibilita emergir um potencial ancorado em práticas de participação e interpelação que pela via democrática tem a capacidade de modificar o cenário de exclusão social que é característico da sociedade brasileira nesse século XXI como denuncia Cremonese & Baquero (2006). Esses autores defendem que o capital social e sua aplicabilidade podem vir a ser ou não “instrumento com possibilidades de abrir novos caminhos na resolução dos dilemas da ação coletiva”. Cremonese & Baquero (2006, p. 9).

Desta forma, para a Visão Mundial, as estratégias de financiamento são uma ferramenta para o desenvolvimento local, para o empoderamento dos atores sociais, para a organização política da comunidade. Financiar as iniciativas populares de geração de renda é atuar na promoção de desenvolvimento, comunitário incluído na busca de novas formas econômicas alternativas orientadas para introduzir relações de cooperação e solidariedade num cenário de intensa fragmentação social e territorial. Durston complementa que:

El empoderamiento en el contexto de una estrategia social es un proceso selectivo consciente e intencionado que tiene como objetivo la igualación de oportunidades entre los actores sociales. El criterio central es de transformación de sectores sociales excluidos en actores, y de nivelación hacia arriba de actores débiles. Durston (2000, p.33)

O referido autor reconhece que as políticas públicas são um importante instrumento para o empoderamento dos setores populares excluídos, na medida em que aumenta os serviços sociais ofertados a população. Entende-se que enquanto metodologia de intervenção neste nível, a economia solidária é abordada como uma tecnologia social, ou seja, um instrumento ou ferramenta para geração de trabalho, renda e para a promoção de desenvolvimento local em territórios caracterizados por alto grau de vulnerabilidade e exclusão social. Enquanto política pública, esta é a modalidade mais recente de tratamento do assunto, que vem ganhando status de política pública em função das inúmeras experiências já disseminadas em diferentes partes do país.

De acordo com Sen (2000) o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O sentido desenvolvimento por nesse sentido está relacionado à melhoria da qualidade de vida das pessoas, ampliando sua capacidade de construir o próprio futuro, ou seja, de possuírem condição de serem agentes. De modo geral, isso requer maior renda *per capita*, mas implica algo mais: Garantia de educação e oportunidades de emprego mais igualitárias, maior igualdade entre os sexos, mais saúde e melhor nutrição, um meio ambiente mais limpo e sustentável, liberdades civis e políticas mais amplas, uma vida cultural mais rica, etc. Sen (2000,p.26) reconhece ainda que, com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos, sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento. “Existe de fato, uma sólida base racional para reconhecermos o papel positivo da condição de agente livre e sustentável”.

Considerações Finais

A Economia Solidária vista como uma outra racionalidade econômica mais humana e social tem mobilizado a atenção de muitos autores. Com efeito, nesse contexto mais amplo de crise, as formas associativas são identificadas enquanto portadoras de novas alternativas econômicas viabilizadas por laços de cooperação e de solidariedade, capaz de estabelecer novas dinâmicas comunitárias. Tal perspectiva apóia-se na idéia de que, por meio do fortalecimento de coletividades locais, seja possível a formação de uma sociedade mais democrática e menos excludente. Nesse sentido, as estratégias de colaboração da economia solidária passam a ser um instrumento de resistência a racionalidade instrumental do capitalismo.

Como bem observou Robert Putnam, a união de vínculos fracos de uma comunidade permite através de uma cultura associativa que o desenvolvimento aconteça. Dessa forma poderia se falar não somente em uma dimensão tangível do desenvolvimento, mas acrescenta-se a ele o capital social onde se encontra uma dimensão intangível do desenvolvimento, imaterial e, portanto, com capacidade coletiva de realizar ações de interesse societário. (Dellabrida, 2006).

A questão que se coloca é como a economia solidária pode ter uma dinâmica própria sem depender das contradições do sistema capitalista de produção? Entende-se que isso ocorrerá quando ela (juntamente com o Estado) tiver (em) condições de ofertar aos partícipes oportunidades concretas de auto-sustento, proporcionando ao menos o mesmo patamar de bem estar e segurança que o emprego assalariado proporciona. Diferentes dos que acreditam que a Economia Solidária é um oxímoro, ou uma noção contraditória em si mesmo, autores já citados como Singer, Gaiger, Laville, Mance, reconhecem que se pode ficar na competição e não ir muito longe. Não obstante, associar-se através do fator trabalho pode possibilitar a geração de novas perspectivas de desenvolvimento. Outrossim, entendemos como Coraggio¹³ (2002) e Sen (2000), que os

¹³ José Luis Coraggio *op cit.*, aprofunda essa noção e com seus conceitos de reprodução simples e ampliada, explica que a reprodução simples significa a manutenção da vida dos membros de uma unidade doméstica ou de uma sociedade a um nível moralmente aceito como mínimo para a reprodução dos mesmos. Já a reprodução ampliada compreende uma melhoria estrutural da qualidade de vida, com base no desenvolvimento das capacidades e oportunidades sociais desses grupos.

inseridos na Economia Solidária, sobretudo, os que compõem a Economia Popular Solidária, quiçá, os mais carentes, possam ter o direito de uma reprodução ampliada da vida não só para si, mas para o seu grupo e para a sua comunidade. Desta forma, a expansão das liberdades deve incluir além reprodução da vida ao nível básico (alimento, abrigo, vestuário, etc.), deve perpassar pela reprodução ampliada da vida com qualidade, o que inclui educação, cultura, lazer, participação política e social.

Referências

ATLAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL- 2005. Ministério do trabalho e emprego (MTE)- Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES). Brasília, 2005.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da Questão social: Uma crônica do salário. Petrópolis. Vozes, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 1997.

CORAGGIO, J. L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (orgs.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE; UCSAL, 2000.

COSTA, Maria Cristina Castilho.Sociologia: Introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2005

DUSTSTON. Jonh. Políticas sociales. Qué es el capital social comunitário? División de Desarrollo Social. CEPAL / ECLAC. Santiago de Chile, 2000.

DALLABRIDA, Valdir Roque. A dimensão Intagível do Desenvolvimento: Algumas reflexões preliminares. In: BAQUERO. Marcelo; DIJALMA.Cremonese (Orgs). Capital Social: Teoria e Prática.IJUÍ: ed. Unijuí, 2006.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, Jean-Louis. Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In.SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo de. (Orgs)_A economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural . 6 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

LAVILLE. Jean Louis. Fato associativo e Economia Solidária. Bahia Análises e Dados. Salvador, SEI v.12 n.1 p. 25-34- junho 2002.

LEITE.Márcia pereira. Entre o individualismo e a solidariedade: Dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. In Revista Brasileira de Ciências Sociais. Associação Nacional de Pós- Graduação e pesquisa em Ciências Sociais Brasil. vol.15, outubro , nº 44 p. 73-90, 2000.

MARX, K. O capital. Trad. Regis Barbosa e Flávia R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, vol. 1, 1996.

MANCE, Euclides André. A revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naift, 2003 , p.308-309

MC CHESNEY. Roberto W. Notas introdutórias. In MOTA, Ana Elizabete (org). A nova fábrica de consensos: Ensaio sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social. São Paulo: Cortez, 2000.

MONTAÑO. Carlos. Terceiro Setor e questão social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002

NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social. São Paulo, Cortez, 2001.

OLIVEIRA. Luciana Vargas Netto. A Economia Solidária e conjuntura neoliberal: Desafios para as políticas públicas no Brasil – Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005

POLANY, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PUTNAM, Robert. Comunidade e Democracia. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas 1996.

ROSANVALLON, Pierre. A nova questão social: repensando o Estado providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza. Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade. São Paulo:Cortez, 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de Movimentos Sociais. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SEN. Amartya. “Desenvolvimento como liberdade”. São Paulo: CIA das letras, 2000.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo de (orgs.). A Economia Solidária no Brasil; a autogestão como resposta ao desemprego”. São Paulo: Contexto.2003.

VISÃO MUNDIAL. Metodologia de bancos comunitários.(Programa de Desenvolvimento Econômico). 1º Ed. Recife – PE, Fevereiro. 2002.

YUNUS, Muhammad. O Banqueiro dos Pobres. São Paulo: Ática, 2000.

_____. Microcrédito: a experiência do Grameen Bank. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.